

Economia Social e Pública

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

Economia Social e Pública

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E19 Economia social e pública [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-27-7
DOI 10.22533/at.ed.277180409

1. Cooperativismo – Brasil. 2. Economia social. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 334.0944

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da economia tem como foco principal estudar as relações de eficiência da escolhas dos agentes. Este ramo da ciência trata da obtenção da melhor escolha por parte dos agentes econômicos dada as restrições que eles enfrentam. Em sua grande maioria, os estudos econômicos e, por sua vez, as decisões de políticas consequentes destes estudos, falham quando não levam em conta os impactos sociais de tais escolhas econômicas e como tais políticas transbordam para outros segmentos da sociedade que não foram vislumbrados no momento de formulação e aplicação de determinada política.

Estudos econômicos que coloquem ao centro questões sociais e públicas no conjunto de fatores influenciados por políticas e decisões econômicas são de fundamental importância na construção de uma sociedade próspera, justa e organizada. Por este fato, este livro compila excelentes estudos que abordam questões sociais e questões públicas conjuntamente com o ferramental propiciada pela ciência econômica. A ênfase principal dos artigos é tratar especificamente da economia solidária, e quais suas aplicação e interpretações de fenômenos econômicos esta metodologia proporciona e quais são suas contribuições para a interpretação das relações econômicas e sociais.

Nesta coletânea os estudos abordam as mais diferentes regiões do Brasil, tratando de questões regionais e da desigualdade econômica existente em nosso país. A localização é um fator destacado dentre os trabalhos contidos aqui. Por meio da Economia Solidária, estudou-se tanto a região urbana quanto a região rural, mostrando que a utilização da teoria da economia Solidária pode incorporar diversos aspectos da organização territorial. Outro aspecto relevante estudado são as questões econômicas e jurídicas referentes ao mercado de trabalho, que foram abordadas por meio das teorias Econômicas voltadas para as questões sociais e de interesse público.

Por fim, esta coletânea vem contribuir imensamente com o estudo da Economia Social e Pública, principalmente ao que se refere à questões de Economia Solidária e Arranjos ou Associações Produtivas. Sem dúvida o leitor terá em mãos excelentes referências para identificar temas de estudo, referências para pesquisas e autores identificados com o tema.

Lucca Simeoni Pavan
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Gabriela Comissario Santos Susana Iglesias Webering	
CAPÍTULO 2	22
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA	
Roberto André Polezi Eduardo Avancchi Dionisio	
CAPÍTULO 3	36
TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA	
Ingrid Cabral Machado Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 4	64
O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Elenize Freitas Avelino Roberta Monique da Silva Santos	
CAPÍTULO 5	70
CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?	
Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo Erika Araújo da Cunha Pegado	
CAPÍTULO 6	79
ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.	
Dayana Machado Rocha Cleane da Silva Nascimento Márcia Teixeira Falcão Emerson Clayton Arantes	
CAPÍTULO 7	92
MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP ¹	
Newton José Rodrigues da Silva Marisa Vicente Catta-Preta Thais Maria Muraro Silva Mariany Martinez dos Santos	

CAPÍTULO 8	124
LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES	
Márcia Silveira Farah Reis	
Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 9	159
ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS	
ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,	
MANAUS, AMAZONAS	
Duarcides Ferreira Mariosa	
Luciana Melo Felix da Silva	
CAPÍTULO 10	168
ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS	
SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Arlete Cândido Monteiro Vieira	
Roney Rezende Rangel	
CAPÍTULO 11	186
QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO	
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Newton José Rodrigues da Silva	
Abelardo Gonçalves Pinto	
Edna Ferreira Maddarena Lopez	
Olivier Mikolasek	
SOBRE O ORGANIZADOR	222

CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?

Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo

Mestranda em Uso Sustentável de Recursos Naturais do IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

Erika Araújo da Cunha Pegado

Professora do IFRN- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

RESUMO: Este trabalho lança um olhar sobre a efetividade da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES), em Natal, para a melhoria de vida dos agricultores familiares potiguares. Trata-se de um local que reflete uma conquista dos produtores rurais do estado, que há tempos lutavam por um espaço para comercializar os seus produtos. Após uma década de negociações com organizações, entidades e governo Federal e Estadual, esse local foi inaugurado em 2017, e visa proporcionar aos agricultores um ambiente adequado para comercializar seus produtos de maneira justa e direta, sem intermediação comercial, em consonância com os princípios da Economia Solidária. Dessa forma, esta pesquisa tem por finalidade, analisar a viabilidade desse espaço como fomento para a produção familiar, sob

o ponto de vista dos beneficiados, abordando também as leis que reconhecem o importante papel que a agricultura familiar exerce no Brasil e no mundo. Utilizou-se de pesquisa exploratória através de análise documental e coleta de dados por meio de entrevista com os atores envolvidos. Concluiu-se que, a despeito do incentivo e da publicidade governamental, ainda existem gargalos importantes a serem discutidos e sanados como; a dificuldade financeira que os ocupantes do local enfrentam para manter os custos de transporte das mercadorias, taxa de adesão dos boxes ou bancas e ainda garantir o sustento da família.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. Economia Solidária. Sustentabilidade.

ABSTRACT: This work looks at the effectiveness of Marketing and economic solidarity (CECAFES), cream-RN, for the improvement of life of family farmers potiguar Indians. This is a site that reflects an achievement of rural producers in the State, who has long fought for a space to sell their products. After a decade of negotiations with organizations, entities, Federal and State Government, this place has been recently opened, and aims to provide a suitable environment for farmers to market their products fairly and directly, without commercial intermediation, in line with the principles of solidarity economy. Thus, this research aims to

understand and analyze the feasibility of that space as a promotion for the household production, from the point of view of the beneficiaries, also addressing the laws that recognize the important role that family agriculture exercises in Brazil and in the world. Exploratory research was through documentary analysis and data collection through interview with the actors involved. It was concluded that, in spite of the incentive and Government advertising, there are still major bottlenecks to be discussed and solved as; the financial difficulty that the occupants of the site face to keep transport costs of goods, membership fee of the boxes or stalls and still ensure the sustenance of the family.

KEYWORDS: Family Farming. Solidarity Economy. Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

A Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas, em uma reunião realizada no mês de dezembro, declarou 2014 como o ano internacional da agricultura familiar. Essa declaração foi fruto do reconhecimento do importante papel que essa estrutura agropecuária sustentável exerce para obtenção da segurança dos alimentos no planeta. A ONU, a partir desse reconhecimento, enxerga a importância estratégica da agricultura familiar para inclusão produtiva como também para segurança alimentar no mundo todo (BRASIL, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar foi oficializada em 24 de julho de 2006, por meio da Lei Ordinária 11.326/ 2006 que “Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.” (BRASIL, 2006). Passando a ser um setor econômico e social bastante relevante. Visto que, é através dos pequenos agricultores juntamente com suas famílias que trabalham no campo, que chegam os mais diversos alimentos à mesa dos brasileiros.

No Rio Grande do Norte, a CECAFES- Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Natal foi inaugurada pelo Governo do Estado, em 27 de março de 2017, o local é Administrado pela COOAFARN - Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, que ficou reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual, através da Lei Ordinária Nº 10.210, de 07 de julho de 2017, com sede e foro jurídico na cidade de Apodi-RN (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/RN, 2017).

Construída com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE), segundo dados da EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. A Central é um local que reúne alguns agricultores familiares, e que reflete uma conquista dos produtores rurais do estado, que há tempos lutavam por um espaço para comercializar seus produtos. Após décadas de negociações com organizações, entidades e governo Federal e Estadual, esse local visa proporcionar aos agricultores um ambiente adequado para comercializar seus produtos de maneira justa e direta, sem intermediação comercial, em consonância com os princípios da

Economia Solidária, como estratégia de enfrentamento de exclusão e falta de trabalho. Os pequenos agricultores estão apoiados em estruturas coletivas que geram trabalhos e renda como as associações, cooperativa e grupos formados. Tendo como base, a cooperação entre seus trabalhadores objetivando o desenvolvimento local e inclusão social, emancipadora e igualitária (SELL; VIRGOLIN; SILVA E NEUBAUER 2014).

Também os agricultores da Central adotam as práticas de sustentabilidade, preocupando-se com o ambiente em que vivem, eles buscam fazer a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produção agrícola, visando diminuir os impactos hostis contra o meio ambiente, com utilização mínima de insumos externos em sua produção.

Sendo assim, pretende-se neste trabalho compreender e analisar a efetividade da Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária, como fomento para os pequenos agricultores, de maneira que venha promover seus produtos expostos neste local e garantir a inclusão familiar bem como a sustentabilidade dos atores envolvidos.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo de caso foi iniciada por meio de pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros, jornais e sites oficiais para formação de uma base de dados preliminar, seguida de aplicação de entrevista semiestruturada, na técnica do grupo focal, quando entrevistou-se a líder dos agricultores e alguns ocupantes do local, que manifestaram suas impressões a respeito das dificuldades e incentivos obtidos ao usufruírem o espaço. A pesquisa baseou-se na avaliação de Bardin (2011), quando este menciona que a análise de conteúdo se compõe em um conjunto de técnicas de análises das comunicações.

3 | RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar possui 5.000m² onde constam 50 barracas, 32 boxes, um restaurante/lanchonete, duas panificadoras, duas peixarias e um box para carnes. Nesses ambientes, são comercializadas frutas e verduras, castanhas, arroz da terra, feijão, milho, produtos processados como doces, geleias, bolos e mel, como também queijos, manteiga, leite, iogurtes e polpas de frutas. Todos esses produtos vieram da agricultura familiar dos municípios do Rio Grande do Norte.

Esse local possui um auditório com comporta 150 pessoas, duas salas de aula, sala da administração do local, laboratório de informática e três sala comerciais para locação referente a organizações que dizem respeito à atividade da Agricultura Familiar (EMATER, 2017).

Os atores que compõe esse espaço, ou seja, os agricultores que pertencem

às associações e cooperativas que têm seu produto a ser comercializado dentro da Central foram selecionados por meio do Edital 01/2016, de Chamada Pública, que teve o processo concluído em dezembro de 2016. Para que pudessem participar, seria necessário que os interessados possuíssem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa (pessoa física e jurídica). A organização da divisão dos espaços da Central pelos agricultores familiares individuais, associações e cooperativas selecionadas, foi feita por sorteio (EMATER, 2017).

A Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Natal têm beneficiado de forma direta 1.200 agricultores vindos de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte. Para que houvesse a inclusão dos pequenos agricultores nesse espaço foi feito um colegiado temporário, composto por 16 organizações. Abriu-se uma chamada por três meses, onde os interessados faziam sua inscrição, e aqueles que estivessem de acordo com normas do edital, adquiriram seu espaço. Concorria a vaga do local, associações, cooperativas, grupos formados e particulares.

O objetivo deste trabalho está o de compreender como funciona a Central, como esse ambiente irá oferecer meios para que o pequeno agricultor desenvolva sua produção e tire seu sustento familiar. Para isso, foram entrevistados alguns atores do local.

A Sra. Fátima de Lima (informação verbal) lembra-se de quando e como surgiu a ideia de os pequenos agricultores unirem forças para conseguir um espaço para que eles pudessem expor seus produtos vindos da agricultura familiar:

Nós, pequenos agricultores sentimos a necessidade de ter um espaço para expor nossos produtos na capital, era um assunto que sempre esteve na pauta dos movimentos. [...] Essa necessidade foi desde a década de 90, quando nossos boxes eram dentro da CEASA. E essa conquista foi fruto de uma política territorial (informação verbal).

A Coordenadora da CECAFES relatou que existe um regimento interno, onde constam os direitos e deveres dos beneficiários. Esse regime está mencionado nas normas do Edital 01/2016 do processo seletivo com chamamento público. Ela também comentou que todos os beneficiados precisam seguir esse regime para garantir seu lugar na Central e assim poder comercializar seus produtos, como também honrar com os horários de abertura do local.

Com relação às dificuldades enfrentadas pela Central, a Coordenadora disse que a CECAFES está apenas com sete (07) meses de funcionamento, e uma das dificuldades que está preocupando a coordenação seria a questão de cumprir horários de abertura e fechamento dos boxes e bancas por parte dos beneficiados. Ainda que esse assunto esteja sempre em pauta nas reuniões regulares feitas pela coordenação. A coordenadora também alerta aos ocupantes dos boxes e bancas, quanto ao compromisso que eles têm de prestar conta ao final de cada mês, já que eles pagam uma taxa pela ocupação para poder expor os seus produtos, pagar frete e tirar o seu sustento. Sendo de responsabilidade de todos manterem a Central ativa e em

pleno funcionamento, visto que, foi uma luta que durou uma década pela conquista do referido espaço.

Foi abordado durante a entrevista com a coordenadora a Sra. Fátima Lima, como o pequeno agricultor paga por esse espaço de exposição dos seus produtos. Ela relatou que o Governo do Estado custeou todas as despesas da Central, até que ocorressem 90% da ocupação dos espaços físicos, e esse percentual será reduzido na medida em que os espaços fossem ocupados (boxes, pedra e lanchonete). Conforme quadro demonstrativo abaixo:

1º e 2º meses	90% das despesas totais;
3º e 4º meses	80% das despesas totais;
5º e 6º meses	70% das despesas totais;
7º e 8º meses	60% das despesas totais;
9º e 10º meses	50% das despesas totais;
11º e 12º meses	40% das despesas totais;
13º e 14º meses	30% das despesas totais;
15º e 16º meses	20% das despesas totais;
17º e 18º meses	15% das despesas totais;
19º e 20º meses	10% das despesas totais

Quadro 01: Percentual do custeio das despesas pelo Governo do Estado do RN.

Fonte: Edital 01/2016- Processo Seletivo de Chamamento Público. SAPE, 2016.

De acordo com o Edital 01/2016, a Central possui uma tabela de valores de arrecadação financeira, que visa cobrir as despesas com operação e manutenção da Central de Comercialização da Central de Agricultura Familiar, conforme segue abaixo:

TIPO	TAMANHO m ²	VALOR R\$ m ²	TAXA MENSAL R\$
01 lanchonete	21.35	R\$40,00	R\$854,00
32 boxes	15.0	R\$29,90	R\$448,50
50 Pedras	9.0	R\$14,95	R\$134,55

Tabela 01: Tabela de valores dos espaços físicos da CECAFES.

Fonte: Edital 01/2016 – Processo Seletivo de Chamamento Público- SAPE, 2016.

Também foram entrevistados alguns ocupantes do espaço da CECAFES, visando entender se a Central oferece condições para que haja inclusão familiar e sustentabilidade.

Beneficiado 01: A Central para nós pequenos agricultores foi uma oportunidade muito boa pra gente que antes só vendia em nosso município, e agora temos novos consumidores, que são os natalenses contribuindo para o aumento da nossa produção e assim garantir o nosso sustento familiar (informação verbal).

Beneficiado 02: A dificuldade que estamos enfrentando, mas que estamos procurando meios para melhorar, é porque nesses 07 (sete) meses de funcionamento, batalhamos com nossos próprios recursos para trazer a mercadoria para Central, não é fácil, pois pagamos frete, muitas vezes nos reunimos por meio de

uma rota que o carro frete faz o “apanhado” para que saia o custo do frete mais em conta para alguns. Outros, que moram em municípios mais distantes, arcam com o valor do frete sozinho. O que apuramos, temos que tirar o valor frete, o aluguel do local e o nosso sustento... Já teve desistência de um ocupante de Box acabar indo colocar seu produto na banca (ou pedra), já que o aluguel é mais barato. (informação verbal).

Ao concluir a análise das entrevistas com os atores envolvidos, observou-se que, em seus 07 (sete) meses de funcionamento, apesar de a Central ser um local que surgiu por meio discussões políticas territoriais, e de várias negociações junto com o governo Federal e Estadual, organizações e entidades, voltados para melhoria e qualidade de vida do pequeno agricultor, primando pelo desenvolvimento, sustentabilidade, que segundo Kurten e Ternoski (2016), resulta em uma inter-relação indispensável de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e inclusão social, enfim, a Central se define agregando tudo isso, os beneficiados ainda têm problemas em manter os custos de transporte, taxa de adesão ao ponto (Box ou Banca) e ainda ter recursos financeiros para o sustento da família. Visto que, todas essas despesas seriam retiradas da venda mensal efetuada na Central de Comercialização.

Faz-se necessário, divulgar esse tão recente espaço situado no município de Natal-RN, através dos vários meios de comunicação que existem no estado, como forma de propagar a existência de vários produtos como frutas e verduras frescas e saudáveis, vindos de uma agricultura familiar que preza pela sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, fazendo com que o consumidor leve a sua mesa, um alimento fresquinho e saudável. Conforme foi observado, ainda há consumidores que desconhecem a existência da Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, a divulgação seria uma maneira de ajudar os pequenos agricultores e adquirir mais clientes e assim produzir mais, com o intuito de gerar mais renda para poder pagar os custos e manter seu sustento e de sua família.

Apesar de alguns programas de apoio como o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, os pequenos agricultores necessitam de políticas públicas que possam ajudá-los em momentos de crise, para que esses ocupantes da Central de Comercialização de Produtos de Agricultura Familiar não desistam desse local ameaçando em tempos difíceis, a Central deixar de dar resultados positivos. Afinal, lutaram por tantos anos, e como alguns mencionaram “foi um sonho realizado” a conquista desse espaço e que teve um grande investimento vindo do governo Federal e Estadual, beneficiando os agricultores familiares, associações e cooperativas, todos juntos com o mesmo propósito; trabalhar para obter o desenvolvimento econômico e sustentável e a inclusão familiar dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Rio Grande do Norte. **Leis Ordinárias**. Disponível em: < <http://www.al.rn.gov.br/portal/legislacaoestadual/5/leis-ordinarias>> Acesso em 26 de outubro 2017.

ASSECON/EMATER. **Aberta Central de Comercialização da Agricultura Familiar Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=144934&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=NOT%2CDCIA>> Acesso em: 06 de outubro 2017.

BARDIN. Laurence; tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. 2006. **Lei Nº 11.326, De 24 de Julho de 2006**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm> Acesso em: 28 de outubro 2017.

KURTEN. Leandro Baggio; TERNOSKI. Simão. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Disponível em: < <http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/270.pdf>> Acesso em 29 de outubro 2017. <http://www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas>

PORTAL BRASIL. (2014). **ONU declara 2014 como o ano internacional da agricultura familiar**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/01/onu-declara-2014-como-o-ano-internacional-da-agricultura-familia>> Acesso em: 28 de outubro 2017.

SAPE. (2016) **Edital Nº 01/2016 – Processo Seletivo com Chamaneto Público 01/2016**. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sape/DOC/DOC00000000123753.PDF>> Acesso em 29 de outubro 2017.

SELL. Cleiton Lixieski; VIRGOLIN. Isadora Wayhs Cadore; SILVA. Enedina Teixeira; NEUBAUER. **Agricultura Familiar; Um estudo sobre as iniciativas de economia solidária do município de Cruz Alta**. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Downloads/1914-5572-1-PB.pdf>> Acesso em 29 de outubro 2017.

ANEXOS



Figura 01; Fachada da Central de Comercialização de Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografada pelos autores. 2017.



Figura02: Setor das bancas dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografado pelos autores. 2017.



Figura 03: Lanchonete dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografada pelos autores, 2017.



Figura 04: Boxes dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografado pelos autores, 2017.



Figura 06: Dois pequenos agricultores que ocupam as bancas dentro da Central De Comercialização de Agricultura Familiar em Natal-RN (Junto com a autora da pesquisa).

Fonte: Fotografados pelos autores, 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-27-7



9 788585 107277